

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E PREPARAÇÃO PARA MERCADO DE TRABALHO.

**Talita Felício Dias,
UFMS,
talita_felicio19@yahoo.com.br**

RESUMO

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira, abrange a faixa etária de crianças com idade entre zero e cinco anos. Entretanto ao longo da história, percebe-se que a criança segue por muitos anos como alguém invisível em todos os aspectos, inclusive educacionais. Esse segmento educacional surge atrelado a necessidade das mães terem onde deixar seus filhos, enquanto elas passam a trabalhar fora do lar, esse processo ocorre em meados da industrialização do Brasil. As creches surgem como local apenas de cuidado, no qual a criança recebia atendimento às suas necessidades básicas, uma forma de assistencialismo. Nesta perspectiva faremos uma breve reflexão sobre a formação dos professores atuantes na educação infantil, das políticas públicas que regem esse segmento educacional, além dos caminhos históricos trilhados desde o surgimento até o momento atual da educação infantil, correlacionado a força exercida pelo mercado de trabalho e formação de mão de obra. Por fim, conclui-se como as relações vigentes de trabalho embasam a construção da estrutura curricular educacional brasileira, norteando o ensino público do país.

Palavras-chave: Criança; Educação Infantil; Políticas Públicas; Mercado de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Uma das vertentes utilizadas para compreender os caminhos trilhados pela educação é um olhar apurado nas relações de trabalho ao longo dos séculos. O trabalho é a forma como o ser humano se expressa, interfere na realidade e na natureza, além de ser o mecanismo de expressão de suas potencialidades. Entretanto, no decorrer da história, o trabalho e, concomitante a ele os processos educacionais foram sofrendo transformações e adequando-se, segundo Antunes (2009), prioritariamente a produção de mercadorias e a valorização do capital, em detrimento ao bem-estar do homem e da natureza.

Estabelecendo um recorte para a história educacional brasileira, amparada nas relações de trabalho, percebe-se uma dicotomia na sociedade desde o período colonial até os dias de hoje em relação a educação ofertada a população. De um lado uma pequena parcela da população com acesso irrestrito a educação de maneira integral e, de outro a grande maioria que tem como oferta uma educação fragmentada destinada diretamente a formação de mão de obra para o mercado de trabalho e as relações vigentes.

Tecendo um recorte ainda mais específico, a luz da educação da criança brasileira e sua valorização na sociedade, chegamos a educação infantil, hoje primeira etapa da educação básica brasileira negligenciada durante séculos, até mesmo porque a criança nem era considerada um indivíduo socialmente constituído.

Para atender a demanda do mercado de trabalho surgem as creches com uma finalidade assistencialista, desempenhando apenas a função do cuidar. Fica claro que o surgimento das creches ocorre não como uma política de amparo a criança e sua educação, mas sim como um mecanismo de suporte as mulheres que ingressaram no mercado de trabalho e para não deixar essas crianças soltas pelas ruas, estas surgem, basicamente com um viés assistencialista e higienista.

A educação infantil passa a ser parte da educação básica brasileira a partir da Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, ratifica a gratuidade e garantia de acesso à educação infantil para as crianças de zero a cinco anos. Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e as retificações com as emendas constitucionais e a Lei n. 12.796/2013, a primeira etapa da educação básica brasileira se configura nos moldes atuais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação Infantil brasileira: a escola e a infância.

As creches e pré-escolas surgem com a sociedade burguesa, a industrialização e, a necessidade de atender as crianças enquanto suas mães eram englobadas ao mercado de trabalho. No Brasil esse processo não foi diferente. Esse cuidado configurava-se completamente assistencialista, mesmo que educando de uma certa forma, o intuito era um local para se deixar as crianças enquanto suas mães trabalhavam.

Em meados dos anos 1980, pesquisas e estudos são feitos nas creches e pré-escolas a fim de se estabelecer a real finalidade dessas instituições. Percebe-se a importância de voltar um olhar para educação da criança pequena e, além disso, garantir o acesso de todas as crianças nessas faixas etárias a educação formal com objetivos definidos para esse público.

Entretanto, o próprio debate crítico em torno destas questões motivou a busca de alternativas para as crianças brasileiras. As políticas públicas estaduais e municipais implementadas na década de 1980 beneficiaram-se dos questionamentos provenientes de enfoques teóricos de diversas áreas do saber; de processos mais democráticos desencadeados na conjuntura política que estava em vias de se consolidar e que se concretizava, entre outras formas, pela volta às eleições para governos estaduais e municipais nos anos de 1980; da procura de alternativas para a política educacional que levasse em consideração os enfoques que denunciavam as consequências da diversidade cultural e linguística nas práticas educativas. (KRAMER, 2006, p. 799)

Então, na Constituição de 1988, passar a ser direito da família, o acesso para seus filhos a Educação Básica e dever do Estado ofertá-la:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988, p. 123).

Com o passar dos anos são promulgadas leis que fortalecem ainda mais esse direito e essa necessidade de uma Educação Infantil de qualidade e com acesso a todos. No Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990 no Art. 54 inciso IV observa-se ser dever do Estado assegurar às crianças de zero a cinco anos de idade o atendimento em creche e pré-escola.

Fica clara a necessidade de tratar a criança como um indivíduo socialmente constituído,

com suas características próprias, inerentes a infância e capaz de atuar ativamente em seu desenvolvimento de forma integral. Kramer (2006), enfatiza essa posição:

O questionamento e a busca de alternativas críticas têm significado, de um lado, o fortalecimento de uma visão das crianças como criadoras de cultura e produzidas na cultura; e de outro, tem subsidiado a concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do seu meio sociocultural de origem. (KRAMER, 2006, p. 800)

Em 1994 o MEC publica o documento Política Nacional de Educação Infantil, no qual se estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria de qualidade no atendimento à criança, principalmente no que tange a formação de professores aptos a lidar com as especificidades das crianças na Educação Infantil.

Em 1996 com a promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Artigo 62 estabelece a necessidade de uma formação básica aos profissionais desse segmento, além de ser reafirmada a responsabilidade dos municípios em ofertar a Educação Infantil, com assistência financeira e técnica da União e Estados.

A partir desse instante a Educação Infantil efetivamente passa a fazer parte da Educação Básica em conjunto com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Ainda no Art. 29 do LDB, deixa claro que, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e comunidade.” (BRASIL, 1996, p.22).

A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. Resulta daí que a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão consequente das partes. (CURY, 2002, p. 170)

2.2. Educação Infantil brasileira: formação de professores.

As exigências para a formação dos profissionais da educação básica brasileira, mais precisamente da educação infantil foi um grande marco no fortalecimento educacional desse segmento. Antes da Constituição Federal de 1988, as creches e pré-escolas nem eram compreendidas como parte da educação brasileira, portanto a formação dos profissionais que trabalhavam diretamente com as crianças nessa faixa etária, não levantavam maiores

preocupações. A consolidação da importância de uma formação inicial dos educadores que atendem a primeira etapa da educação básica brasileira concretizou-se a partir da LDB 9.394/96:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, p. 43).

Durante um longo período a educação básica, principalmente a educação infantil foi negligenciada pelo poder público. As lutas em busca de investimento e valorização do profissional da educação, mais precisamente o professor, atravessam séculos. Desde final do regime monárquico, a falta de valorização do magistério e das mulheres surgiu como uma luz para solucionar a ausência de mão-de-obra masculina e por ser a única profissão que conciliava as funções domésticas:

De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas, os preconceitos que bloqueavam a sua profissionalização, com o movimento em favor de sua ilustração, já iniciado nos anos 70. De outra parte, o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração (TANURI, 2000, p. 66).

O ensino fundamental sempre foi a etapa da educação básica com destaque nos investimentos financeiros. Com a implantação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), criado em 2008 e em vigor até 31 de dezembro de 2019, houve grandes avanços em toda a educação básica, inclusive na percepção da importância, tanto da formação inicial, quanto continuada dos profissionais da educação, mais precisamente os professores e a manutenção de uma remuneração que atenda, pelo menos o piso nacional salarial para a categoria.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é resultado da análise e estudo de diversos autores apresentados como leituras em disciplinas cursadas no mestrado no programa de pós-graduação em educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas/MS.

Consiste em uma revisão de bibliografia acompanhada de uma reflexão sobre a infância

e educação infantil, além de estabelecer um olhar a partir das relações de trabalho vigentes e as regras ditadas pelo mercado de trabalho e a burguesia frente aos trabalhadores e sua formação.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O caminho percorrido até a percepção da criança passou por inúmeras mudanças e vertentes. Em relação a percepção da infância como uma construção cultural, social e histórica sujeita a mudanças (MOMO; COSTA, 2010), revelou-nos uma criança imersa e vista hoje em um mundo pautado no consumo, não mais em uma sociedade apenas produtora, mas consumista e infelizmente a infância, configura-se a partir desse molde. E é essa criança que adentra as escolas e as salas de aula, uma criança bombardeada de informações, nascida na tecnologia, num mundo que se reconfigura a todo momento, essa é a criança e a infância que precisa ser compreendida e acolhida nas suas inúmeras vertentes dentro da escola e, mais precisamente na educação infantil.

Cada vez mais crianças, constituídas por novas e variadas práticas culturais, adentram nossas escolas, causando inquietações, desestabilizando e incomodando, porque, de certa forma, já não é mais possível classificá-las e enquadrá-las em uma cartografia. Sem essa garantia de ordem e estabilidade, por longo tempo assegurada pelos esquadrinhamentos pedagógicos modernos, educadores dos tempos pós-modernos estão inseguros, sem rumo, confusos, quase imobilizados. (MOMO; COSTA, 2010, p. 988)

Ao ingressar na educação infantil hoje, essa criança muitas vezes não sabe segurar um lápis, mas seus dedos são ágeis em uma tela de tablet e celular, aprendizado esse vindo do meio em que convive. A busca pelo novo, a curiosidade são inerentes dessa fase da vida, mas esta não é a mesma de dez anos atrás, suas habilidades, o mundo no qual está inserida mudou e as políticas públicas, o ensino, o currículo, o meio escolar que irá atendê-la precisa adaptar-se a essa nova criança do século XXI.

Nota-se, também, a consolidação na educação infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo cuidado como algo indissociável do processo educativo, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), esse conceito é novamente reafirmado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em abril de 2018. Mas para que isso ocorra a criança precisa ser compreendida em suas peculiaridades e características próprias,

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. (BRASIL, 1998, p.22)

Lutar por políticas públicas eficientes e que atendem as crianças nas mais diversas infâncias pelo Brasil a fora, requerer uma construção não apenas como capital humano de formação de mão de obra, mas formação humana integral. Os educadores e a sociedade como um todo precisam estar atentos as mais belas falácias sobre desenvolvimento exclusivo de competências e habilidades, algo que está no auge dos pressupostos educacionais, porque efetivamente é o que o mercado de trabalho exige do trabalhador.

Entretanto, por mais que uma criança ou jovem receba uma educação capaz de extrair de si as melhores habilidades e competências, a questão é se realmente haverá emprego para todos que o buscarem? Galgar uma colocação no mercado de trabalho e se deparar amargamente com o fracasso, configura-se, hoje, culpa do indivíduo, entretanto o próprio sistema sutilmente forma bancos de reserva em busca da precarização da mão de obra, para que dessa forma os lucros sejam cada vez maiores, não importando em detrimento do bem-estar de quem quer que seja. Essas e outras questões levam a uma profunda reflexão sobre a educação ofertada a maioria das crianças e jovens brasileiros.

5 CONCLUSÕES

Diante do exposto e a partir dos embasamentos teóricos analisados, é possível compreender que a educação infantil, assim como toda a educação básica brasileira, ainda está em um processo evolutivo, haja a vista que há muito ainda o que ser feito, entretanto, mais longe já se esteve. Nesta perspectiva é preciso salientar que o meio escolar e a educação infantil são imprescindíveis nesse processo, porquanto é neste meio que a criança nos seus primeiros anos, aprende, é formada e reconhecida como ser social.

Com os atuais avanços ocorridos, em âmbito mundial, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias da informação, um ensino pautado na transmissão de conhecimentos não dá conta das exigências da sociedade contemporânea que vivencia, em tempo real, as inovações, modificações e o compartilhamento de uma grande quantidade de informações. Diante disso, a criança precisa ter seu espaço e visões respeitadas, de modo que

possam desenvolver-se integralmente e tornarem-se protagonistas do processo de construção de seu aprendizado, permitindo-lhes, assim, atuar de modo consciente e transformador da realidade que os rodeia e, não apenas ser educada para tornar-se mão de obra disponível ao mercado de trabalho.

O século XXI configura-se pelo rompimento das amarras do ensino tradicional que centralizava o processo de ensino-aprendizagem na figura exclusiva do professor, sendo ele detentor do saber e o aluno como um mero e passivo espectador na sala de aula. Desse modo, faz-se necessário refletir sobre o papel das instituições de ensino, bem como de políticas públicas que venham de encontro com uma transformação estrutural e não de pequenas ações pontuais e momentâneas no qual em nada mudam o ensino, para que este leve ao verdadeiro desenvolvimento de cidadãos críticos e autônomos “formando-se como sujeito ativo de sua história pessoal quanto da história humana”. (LUCKESI, 1993, p. 114).

Como concludente, permanece a pretensão de que a Educação Infantil vise compreender como foram desafiantes, coletivo e criativo seu desenvolvimento ao longo do tempo, transcendendo o cenário instaurado na educação do início do século. Os paradigmas a serem enfrentados são muitos ainda, como na formação dos profissionais e em práticas pedagógicas inovadoras no qual foquem a construção de uma educação que vá de encontro com as reais necessidades e realidades das diversas infâncias brasileiras.

Além de ser de suma importância lutar por uma escola que atenda efetivamente os filhos da classe trabalhadora, de modo a não perpetuar a política social de bem estar, no qual a criança acaba por ser o elo mais fraco e ao mesmo tempo mais atingido por essa posição enganadora, de que o que lhe é fornecido já é o suficiente. Extingue-se, fantasiosamente, as diferenças da não existência de classes, e a criança, filha da mão de obra assalariada e pior, de uma gigantesca parcela de trabalhadores informais do Brasil, acabam por não serem atendidas em suas reais necessidades, impossibilitando de formar frente ao que lhe é imposto passivamente pela burguesia.

A escola atual precisa ter claro o seu papel de geradora de equidade, de modo a atender cada criança em suas particularidades, de maneira a não perpetuar ideias e ideais de que todos são iguais, porque isso não é real. A infância configura-se a partir de diversas vertentes, são inúmeras as infâncias a conviver dentro de uma sala de aula, características pautadas nas diversas etnias, cor da pele, denominações religiosas, formação do núcleo familiar, cultura construída no meio no qual cada criança está inserida.

Ao professor, pessoa que lida diretamente com as diversas realidades, é necessário um olhar acurado as necessidades de cada criança, mas para isso ele precisa ter respaldo de outros agentes educacionais envolvidos em todo esse processo, desde as coordenações, direções e da sociedade como um todo. Investir na formação acadêmica e continuada dos educadores é de suma importância, de maneira a prepará-los e subsidiá-los em sua função frente a educação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 17.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: fev, 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, Congresso Nacional, 1988.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. p. 12 Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 04 de jul. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394./1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 20, fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em 04 de julho de 2019
- Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de Dezembro de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_.pdf> Acesso em 27 de abril de 2019.
- CURY, Carlos Roberto. J. A educação básica no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 23, n. 80, Campinas, p. 170, 2002.
- KRAMER, Sonia. Infância, Cultura Contemporânea e Educação Contra a Barbárie. **Seminário Internacional OMEP**. Infância – Educação Infantil: Reflexões para o início do século. Brasil, 2000, p. 03; 07.
- KRAMER, Sonia. As Crianças de 0 A 6 anos nas Políticas Educacionais no Brasil: Educação Infantil e/E Fundamental. **Revista Educação e Sociedade**, vol.27, n.96, São Paulo, p. 799; 800, 2006.
- MOMO, M; COSTA, M.V. Crianças Escolares do Século XXI: para se pensar uma infância pós-moderna. **Cadernos de Pesquisas**, v. 40, n. 141. São Paulo, 2010, p. 988
- LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação coleção magistério 2º grau**. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, p. 114, 1993.



DE 03 a 06 DE NOVEMBRO DE 2020 (EDIÇÃO ONLINE)

IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

TANURI, Leonor M. História da Formação dos professores. Revista Brasileira de Educação, n. 14, São Paulo, p. 66, 2000.